

DE
CE
N
N

‘AUTONOMÍA Y DISEÑO’, DE ARTURO ESCOBAR



MARCOS VINÍCIUS BOHMER BRITTO

*Laboratório Urbano,
PPG-AU/UFBA*

O livro *Autonomía y diseño: la realización de lo comunal*, do antropólogo colombiano Arturo Escobar, nascido em 1952, é de grande relevância aos campos que declaradamente atuam construindo *diseños*, como Arquitetura, Urbanismo e Design – mas também àqueles que mesmo atuando na criação de *diseños*, ainda não se reconhecem como produtores dos mesmos. Sendo um dos mais lembrados nomes envolvidos com a teorização de uma perspectiva decolonial, Escobar reside e trabalha, há muitos anos, nos Estados Unidos – motivo que o levou a escrever esta obra em inglês. Apesar disso, garantiu com que fosse traduzida e publicada primeiramente em espanhol, pela Universidade de Cauca e em 2016, com tradução de Cristóbal Gnecco¹. Essa resenha está embasada precisamente nesta primeira edição da obra em espanhol, publicada em 2016.

Uma das principais contribuições do livro recai sobre as complexidades que Escobar adiciona ao debate do que se estava fazendo até então acerca do *diseño* – e ele o faz, especificamente, assumindo sua dimensão político-ontológica. Isso significa não apenas reconhecer que o *diseño* não é neutro, mas também encará-lo como uma construção que cria versões de realidade específicas, relacionais e intrinsecamente situadas ao contexto cultural e à cosmovisão pelos quais cada *diseño* foi criado. Encarar um enfoque político-ontológico do *diseño* implica, também, considerar as influências e relações “globais” externas ao contexto de determinada comunidade. Considerar essas questões permitiriam a definição de medidas que garantissem seu poder de escolha e tomada de decisões com base em princípios de autonomia.

Um importante ponto para a compreensão da obra é o de que o termo hispânico *diseño* possui uma multiplicidade semântica maior que suas possibilidades de tradução para o português: “desenho” ou “projeto”. *Diseño* significa, sobretudo no sentido que o livro traz, a produção de representações ontológicas sobre o real. Nesse sentido, quase tudo pode ser encarado como um *diseño*: um desenho é um *diseño*, um projeto é um *diseño*, as instituições são *diseños*, nossas relações interpessoais são *diseños* e até mesmo a forma como concebemos o mundo é um *diseño*.

Essa noção de *diseño* é utilizada por Escobar para desenvolver seu argumento de que *el diseño diseña*, a partir da retomada do termo “*diseño ontológico*”, anteriormente proposto por Terry Winograd e Fernando Flores na década de 1980. O *diseño* ontológico surge a partir da observação de que quando *diseñamos* ferramentas, estamos criando formas de ser. Essa lógica é então ampliada para pensar em diferentes tipos de ferramentas para além de objetos, como estruturas, políticas, sistemas, discursos, narrativas, cosmovisões e concepções de mundo. Essa percepção traz consigo a compreensão de que todos *diseñamos* nosso mundo e que, ao fazê-lo, nosso mundo nos *diseña*. Um *diseño* com orientação ontológica reconheceria que todo *diseño* cria “um mundo dentro do mundo”, e que somos, simultaneamente *diseñados* e *diseñadores*.

340

Escobar utiliza essa noção como base teórica para a crítica ao *diseño* moderno, desenvolvimentista, que tem sido fundamental para a criação sistemática da eliminação de futuros-outros. Através de uma ampla revisão crítica sobre estudos – tanto do Sul Global quanto no Norte Global – que se acercam ao tema do *diseño*, Escobar tecen uma base teórica que o permite, mediante questões chave (“Para qual mundo *diseñamos*?”, “qual *diseño*?” e “que real?”), desestabilizar a narrativa do *diseño* moderno e desvelar sua natureza ontológica. A desneutralização do *diseño* moderno é apresentada também se apontando as diversas crenças que esse *diseño* evoca, como a crença no real, a crença no indivíduo, a crença na ciência e a crença na economia. Escobar utiliza esse raciocínio para analisar as concepções que formulam a base cultural e filosófica desde as quais surgem as práticas do *diseño* nos campos de Arquitetura e Urbanismo. Mas ele também incita as interconexões que o campo da Antropologia possui com o *diseño*, a partir de autores como Tunstall, Whitemayer, Laurel, Clarke e Gunn *et al.*, por exemplo, que constroem uma Antropologia orientada ao *diseño*.

Isso ajuda a demonstrar de que forma áreas aprioristicamente fundamentadas dentro do *diseño* moderno – como, por exemplo, a Arquitetura – são estruturadas em torno dos dualismos que constituem as relações de natureza/cultura, ocidente/não ocidente, artificial/natural, entre outros. Ele afirma que essa formação onto-epistêmica e social *diseña* a maneira como a vida cotidiana das pessoas se articula com suas culturas por meio de práticas específicas. Essa crítica põe em evidência a maneira como as práticas de *diseño* influenciam diretamente

os processos básicos de produção de realidade e sua articulação com as formas de poder. Fazendo isso, Escobar esboça formas para se pensar uma redefinição das práticas de *diseño* e do próprio entendimento do *diseño* em si.

A despeito do contexto moderno vigente que cria *diseños*, os universaliza e os diz conformadores de realidade, Escobar aponta para uma convergência de iniciativas dentro da percepção ontológica do *diseño*. Essas iniciativas, acadêmicas, mas também indígenas, ativistas e de outros movimentos, estariam fomentando a aparição de um campo ontológico-político que questiona estes dualismos de uma maneira nova, através de uma perspectiva relacional. A ideia de relacionalidade implicaria necessariamente em adotar uma postura pautada na ideia de multiplicidade de relações, desconstruindo os dualismos que simplificam as relações da vida e percebendo a ampla gama de ações associadas possíveis, inclusive não humanas. A relacionalidade implica em encarar a multiplicidade de maneiras pelas quais o mundo é *diseñado*, e perceber que essas maneiras coexistem e podem ser relacionadas. Dentro da ideia de relacionalidade, o *diseño* ontológico é colocado na base das propostas para uma mudança ou transição à uma nova época, uma transição da hegemonia da ontologia moderna de um só mundo a um pluriverso de configurações sócio-naturais. Essa transição ao pluriverso, *diseñada* por Escobar com base numa ideia de relacionalidade vinculada ao *diseño* ontológico, implicaria na manutenção de um modo relacional de existência – não apenas entre as pessoas, mas também com a terra, o mundo sobrenatural e a produção, conhecimento e práticas de criação de plantas e animais.

341

O caminho apontado por Escobar para essa mudança ou transição ao pluriverso estaria precisamente nos Discursos de Transição (DT). Diferentemente da ideia de revolução, que pressupõe uma mudança abrupta e radical de um sistema por outro, os Discursos de Transição conformariam vários *diseños* situados que, relacionados ou interconectados, teceriam mundos locais, diversos e plurais. Estes vários mundos coexistiriam e conviveriam com as diferenças entre as várias comunidades que os *diseñaram*; e a mudança aconteceria pela perda da hegemonia de um discurso em relação aos outros e, junto a isso, a garantia de autonomia para cada comunidade.

Os Discursos de Transição partem da noção de que todas crises ecológicas e sociais contemporâneas são inseparáveis do modelo de vida social que se tornou hegemônico nos últimos séculos, categorizado como industrialismo, capitalismo, modernidade, neoliberalismo, antropocentrismo, racionalismo, patriarcado e secularização. Nesse contexto, os *diseños* que criam Discursos de Transição conformariam possibilidades reais de uma transformação cultural e institucional para o pluriverso. Escobar explora essa nova cultura de *diseños*, fazendo um levantamento de diversos exemplos de discursos de transição que aparecem tanto do Norte Global quanto no Sul Global; e expondo o contexto político-cultural no qual fazem parte uma grande gama de práticas de *diseño* plural.

Escobar defende que, como já existem casos em curso, essa proposição de transição a um mundo pluriversal se coloca como possibilidade real, e não apenas como um produto da imaginação intelectual.

Algumas das principais diferenças entre os DT do Norte global e os do Sul Global estão nas orientações de suas pautas. No Norte Global, as pautas estão centradas em torno do decrescimento, da ideia de *commons*, da convivialidade e da ecologia, entre outros; no Sul Global, aparecem as pautas centradas em alternativas ao desenvolvimentismo, à crise do modelo civilizador, no *buen vivir*, nos direitos à natureza, nas lógicas comunais e nas transições civilizatórias. Através de uma revisão das narrativas e discursos sobre transições culturais e ecológicas no Norte Global e no Sul Global, Escobar defende que esses imaginários de transição poderiam constituir o marco mais apropriado para uma reformulação ontológica do *diseño*.

Uma característica importante a ser considerada sobre os DT está relacionada à necessidade de autonomia das sociedades em produzir o seu próprio *diseño*. Essa noção de *diseño* autônomo, como um enfoque do *diseño* ontológico e em sincronia com a perspectiva de *diseños* de transição, é inspirada na leitura sobre a autonomia biológica e a autopoiesis de Humberto Maturana e Francisco Varela. Essa ideia parte do pensamento de que cada comunidade deve ter autonomia para praticar o *diseño* de si mesma. A ideia de autonomia implicaria também que o entorno externo a uma comunidade não ditaria sua relação com a sociedade. Essa determinação seria atribuída pela organização da própria unidade, ou seja, seu sistema de relações que estabeleceria a sua interação com o entorno.

Isso também implicaria na criação de condições que permitam a garantia de autonomia na mudança de normas e tradições dentro de suas próprias convicções, para a defesa de algumas práticas e transformação de outras, assim como também a invenção de novas práticas. Quando as comunidades deixam de ter suas próprias propostas, ou seja, quando deixam de exercitar sua autonomia, passam a negociar as propostas dos demais, as propostas globais. Para Escobar, quando isso acontece, eles já não são eles mesmos, e se convertem em parte do sistema global de organização. Garantir a autonomia dessa relação com o exterior seria uma resposta à conjuntura de destruição dos mundos em comunidade por parte da globalização neoliberal.

O objetivo dos movimentos autônomos não seria então, mudar o mundo, mas criar novos mundos. A criação de novos mundos seria o que traria a mudança, constituindo também uma nova forma de mudar. Nesse sentido, Escobar defende também que não se poderia chegar à autonomia por meio de uma captura desses movimentos pelo Estado, mas pela criação de campos de ação autônomos ao Estado, em conjunto com novas percepções institucionais com esse propósito. Ao libertar-se da forma-Estado, as comunidades autônomas podem exercer

sua auto-organização, bem como criar relações com outras comunidades através de relações interculturais, formando uma pluralidade de mundos. Para Escobar, a ideia de autonomia também deveria atuar em outras dimensões da vida social, como alimentação, trabalho, formas de apropriação do território, aprendizagem, habitação, mobilidade etc. Isso não significa, no entanto, confundir a ideia de autonomia como uma pretensão de *diseño* universal de relações entre comunidades. É preciso entender essa ideia como um projeto de interexistência, fundamentado no respeito às diferenças – que, inclusive, passaria pela sua capacidade em se coordenar com outras comunidades de diferentes escalas, com vistas à manutenção de sua autonomia e de sua existência enquanto comunidade.

Um aspecto fundamental do *diseño* autônomo apontado pelo autor é a necessidade da reconfiguração da ideia de “comunidade”. Nesse sentido, *Autonomía y diseño* tenta cumprir este papel, assumindo o compromisso de pensar a viabilização da conformação de comunidades dentro da lógica autônoma, com enfoque no *diseño* ontológico. Novamente, o termo em espanhol “*comunal*” imprime vários sentidos, como o de comunidade, das lutas pelo que é comum, a relação popular/comum, o comunitarismo, entre outros. Nesse livro, Escobar utiliza “*lo comunal*” para conseguir abarcar toda essa gama de conceitos relativos às noções abstratas comuns a diversos indivíduos.

Os antecedentes históricos desse “retorno ao que é comum” são muitos, e Escobar sobre eles não entra em detalhes, nem sobre as críticas a esses movimentos como, por exemplo, aos “romantismos” que eles evocam ou à ideia de “retorno ao passado”. A comunidade é posta por Escobar como talvez a possível condição para ser *comunal*. Ela evoca a ideia vinculada à lógica de tramas comunitárias, à multiplicidade de mundos humanos que provam e *diseñan* mediante diversas normas de respeito, colaboração, dignidade, amor e reciprocidade. Estes mundos não estariam completamente submetidos à lógica de acumulação de capital, ainda que sempre imbricados a elas.

As comunidades conformariam espécie de microgovernos, e suas lutas não teriam como objetivo a tomada de poder. A proposição de um sistema *comunal*, nestes termos, implicaria necessariamente num descentramento da economia capitalista, bem como um descentramento da democracia representativa e o estabelecimento de mecanismos de pluralismo cultural com base na interculturalidade entre os diversos sistemas culturais. Optar por um sistema comunitário não implicaria em negar os avanços e conhecimentos tecnológicos da sociedade liberal, mas escolher o que se quer e o que não se quer dele. Não como uma proposta de uma nova hegemonia, mas pelo fim da hegemonia de qualquer sistema. Isso implicaria, finalmente, em abandonar os universos da modernidade para entrar no pluriverso da interculturalidade, um universo com relações simétricas entre diferentes culturas. A ideia de comunidade também ultrapassa o sentido mais usual, sendo considerada também para se referenciar aos grupos que não

se percebem pertencentes a uma específica comunidade, mas que se sentem pertencentes a cultura urbana “global universal”. Escobar argumenta que esse imaginário seria uma “verdade parcial”, e que já vivemos em uma espécie de pluriverso, pois vivemos em comunidades formadas por grupos aos quais nos relacionamos e nos identificamos.


O livro traz um poema do argentino Atahualpa Yupanki, que expõe um mundo onde as pedras têm vida tanto quanto as outras formas de vida. Em ressonância a esse pensamento, Escobar traz o pensamento para uma transição que já se encontra em curso, presente nas comunidades que habitam o mundo desde uma ontologia relacional. Essas experiências constituiriam possibilidades de diálogos interepistêmicos com as narrativas de transição e o *diseño* para a transição. Escobar defende que é preciso também construir pontes entre o *diseño* para transições no Norte Global e no Sul Global. Esse movimento incitaria a imaginação de práticas ontologicamente futurizantes a partir de uma criação relacional entre mundos e novos tipos de possibilidades de *diseños* futurizantes – não em uma proposição utópica ou fantasiosa, mas através da observação de um movimento que já existe em diferentes partes do planeta.

344

Escobar termina o livro apontando incertezas e pontos que não foram bem desenvolvidos no livro, deixando algumas perguntas em aberto que reposicionam o caráter de hipótese de suas formulações: (1) Existe a possibilidade de haver mudança significativa no mundo moderno, uma vez que “é mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim da modernidade”? (2) Seria ingênuo pensar que a ciência técnica poderia se adaptar a essa nova proposição de *diseño*, na medida em que a própria natureza de *diseñar* é antropocentrada, uma vez que são sempre seres humanos que criam instrumentos para outros humanos? (3) A proposição de *diseños* futurizantes não seria posta como uma formulação moderna, uma vez que a ideia de futuro implica numa perspectiva temporal linear? O que seria pensar em outras temporalidades múltiplas para o *diseño*, que não sejam cumulativa? (4) A universidade e o campo de ação acadêmico seria capaz de superar a cultura da profissionalização do conhecimento e apoiar visões convencionais com outras formas de pensamento?

O livro traz contribuições profundas para o pensamento acerca do projeto de Arquitetura, na medida em que traz a perspectiva que cada atividade de *diseño* deveria começar com a premissa de que toda pessoa ou todo coletivo são praticantes de seu próprio saber e, desde aí, examinar como entendem sua realidade. No entanto, contém imbuído, no discurso de Escobar, uma multiplicidade de questões que por algum motivo ele foge e não desenvolve. Por exemplo, no discurso sobre a inter-relação entre comunidades autônomas, parecem não ser consideradas

as relações de tensão que haveria entre elas, fazendo quase uma apologia a um mundo sem disputas. Por outro lado, as questões não expostas por Escobar incitam à imaginação: numa perspectiva pluriversal, as disputas conformariam novas maneiras de criação de mundos?

Estes temas e outros que o livro incita, trazem inúmeras camadas de complexidades possíveis de serem mais bem exploradas em uma análise pormenorizada que o *diseño* dessa resenha não dá conta de abordar. Apesar de ainda não haver tradução da obra para o português e de ser um livro pouco explorado nos cursos que produzem *diseño* no Brasil, recomenda-se a leitura dessa obra, inclusive para *diseñar* outras percepções sobre ela. 

NOTAS / REFERÊNCIAS

¹ Essa informação é encontrada em diversos locais e por essa razão não será aqui detalhada. Ela está referenciada, por exemplo, na conferência e apresentação do livro da coleção *Territorios del saber*, disponível em vídeo, no Youtube, mediante o link: <https://www.youtube.com/watch?v=3xrLM7fP6UU> (acesso em março em 2020).

/

ESCOBAR, A. **Autonomía y diseño:** la realización de lo comunal. Popayán: Universidad del Cauca, 2016.